UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

ZILMA RIBEIRO DE SOUZA

**POBREZA E NEOLIBERALISMO EM TEMPO DE PANDEMIA DO
CORONAVÍRUS NO BRASIL**

**MATINHOS
2021**

ZILMA RIBEIRO DE SOUZA

**POBREZA E NEOLIBERALISMO EM TEMPO DE PANDEMIA DO
CORONAVÍRUS NO BRASIL**

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Ávila de Leal Meirelles.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o meu Pai Celestial pelo dom da vida, pelo sustento e a sua presença todos os dias.

A minha família em especial ao meu filho Juan de Souza Pereira, o meu companheiro de vida, a minha fortaleza na batalha pelos meus sonhos. A minha amada irmã minha amiga e confidente.

Aos meus professores que designam a ensinar com toda dedicação e conhecimento.

Aos meus colegas de trabalho na parceria que envolve o atendimento público e o meu crescimento profissional.

RESUMO

A construção deste estudo é parte integrante das atividades que mobilizam as competências de formação em pós-graduação: A Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. O Processo pela escolha da temática é a busca pelo aprofundamento da compreensão sobre o ideário neoliberal e o aumento da desigualdade social e da pobreza no período de pandemia da COVID-19, decretada pelos órgãos competentes a partir de março de 2020. Portanto, esse artigo tem como objetivo contextualizar historicamente as particularidades da desigualdade social e da pobreza no Brasil, analisando as conexões econômicas, políticas e culturais que determinaram a persistência dos altos índices de desigualdade e pobreza no país, agravados pela emergência da pragmática neoliberal na década de 1990. Realizamos uma pesquisa teórico-analítica, com a busca bibliográfica, documental e em legislações para a compreensão da pandemia da COVID-19 em escala mundial e as particularidades no Brasil e posterior análise de conjuntura do desenvolvimento capitalista no país. Por fim, apresentamos indicadores sobre a pobreza, baseando-nos em estatísticas de órgãos de pesquisa oficiais como IBGE, MADE Centro de Pesquisas e outros. Os resultados da pesquisa demonstram que o enfrentamento da pandemia no Brasil tem sido insuficiente para o atendimento satisfatório da população.

Palavras- Chave: Pandemia da COVID-19, Questão Social, Neoliberalismo.

ABSTRACT - The construction of this study is an integral part of the activities that mobilize postgraduate training skills: The Social Question from the Interdisciplinary Perspective at the Federal University of Paraná – Setor Litoral. The process for choosing the theme is the search for a deeper understanding of the neoliberal ideals and the increase in social inequality and poverty during the COVID-19 pandemic period, decreed by the competent bodies from March 2020. Therefore, this article aims to historically contextualize the particularities of social inequality and poverty in Brazil, analyzing the economic, political and cultural connections that determined the persistence of high levels of inequality and poverty in the country, intensified by the emergence of neoliberal pragmatics in the 1990s. a theoretical-analytical research, with a bibliographical, documental and legislative search for the understanding of the COVID-19 pandemic on a world scale and the particularities in Brazil and subsequent analysis of the context of capitalist development in the country. Finally, we present indicators on poverty, based on statistics from official research bodies such as IBGE, MADE Centro de Pesquisas and others. The survey results demonstrate that the fight against the pandemic in Brazil has been insufficient to provide satisfactory service to the population.

Keywords: COVID-19 Pandemic, Social Question, Neoliberalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CONJUNTURA DA CRISE MUNDIAL DO CORONAVÍRUS E O SEU IMPACTO NO BRASIL.....	8
3. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POBREZA NO BRASIL.....	11
4. A QUESTÃO SOCIAL E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	16
5. A POBREZA, O GOVERNO BOLSONARO E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS.....	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
7. REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

A produção deste artigo se materializa a partir da realidade conjuntural econômica, social e política em que a população mundial vem vivenciando a pandemia do novo coronavírus- SARS-COV-2 desde o final do ano de 2019 até o presente momento. Para tanto em nível mundial foi necessário uma organização das entidades de saúde pública para o enfrentamento desta pandemia. Esse estudo busca contribuir com uma análise na área da economia política, considerando a conjuntura histórica e particular do território brasileiro, como também, apresentar a construção política do país e a introdução da ideologia neoliberal nos governos brasileiros a partir da década de 1990.

O contexto de problematização socioeconômica sobre a temática da COVID-19 se dá a partir da construção e consolidação do auxílio emergencial para amenizar os impactos sociais da crise pandêmica. Neste sentido, o auxílio emergencial será exposto articulado aos índices de pobreza e extrema pobreza do país.

Este estudo tem como objetivo analisar o cenário histórico e político do Brasil em relação à persistência histórica da pobreza e entender a emergência e as consequências do ideário neoliberal no país. Intencionamos ainda, analisar a conjuntura do atual governo Bolsonaro no que se refere ao aprofundamento da desigualdade social e da pobreza no cenário atual da pandemia do novocoronavírus.

Utilizamos uma pesquisa teórica procurando descrever e analisar os fenômenos sócio-históricos-econômicos e culturais que determinaram a persistência da desigualdade social e da pobreza no Brasil ao longo dos séculos. A pesquisa teórica consiste em leituras de produções bibliográficas, artigos científicos, periódicos e pesquisa em sites, jornais e afins. Utilizamos ainda a pesquisa documental através de documentos como os relatórios de situação da Organização Mundial da saúde, Boletins sobre Direitos na Pandemia elaborados pelo Centro de Pesquisa e Estudos sobre Direito Sanitário e legislações importantes como a lei nº 14.017 que dispõe sobre ações emergenciais durante o estado de calamidade pública e a lei nº 14.150 que estabelece a extensão do auxílio emergencial para os trabalhadores. Salientamos que este artigo alcança a conjuntura atual do Brasil,

nesse momento de pandemia da COVID-19. Levando em consideração toda a trajetória histórica como elemento importante para o estudo.

O tema é importante no campo socioeconômico, para estudos atuais e futuros, pois pretende contribuir no entendimento da relação histórica de pobreza com a realidade presente. Considerando que a população está vivenciando um tempo atípico na história devido à pandemia do novo coronavírus.

No item 1, trazemos uma apresentação sobre a conjuntura do coronavírus no mundo e no Brasil. Quais os protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde e os dados estatísticos sobre o impacto da COVID 19 no país.

No item 2, abordamos a historicidade político-econômica do país para compreendermos a origem da desigualdade social em solo brasileiro, como também a persistência do empobrecimento da população.

No item 3, damos ênfase na emergência do neoliberalismo no país, analisando as decisões governamentais que contribuíram para a chegada dessa pragmática no nosso país. Considerando que ainda encontramos na atualidade muitas pessoas defensoras deste tipo de pensamento político-ideológico na administração do Estado brasileiro, demonstraremos como o neoliberalismo influencia a desigualdade social e conseqüentemente a pauperização da classe trabalhadora brasileira.

No item 4, discutimos o cenário atual da pandemia do novo coronavírus e a relação entre a pobreza e o governo ultra-neoliberal do atual Presidente da República. Por fim, apresentamos as considerações finais no que tange aos assuntos abordados sobre a realidade brasileira.

1. CONJUNTURA DA CRISE MUNDIAL DO CORONAVÍRUS E O SEU IMPACTO NO BRASIL

O termo COVID 19 é abreviação de 'doença de coronavírus 2019, designado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A doença é causada pelo coronavírus SARS-COV-2. Pesquisas evidenciam uma ligação entre o 2019-NCOV e outros coronavírus encontrados em morcegos da espécie *Rhinolopus* que vivem na região sul da China e da Ásia, Oriente Médio, África e Europa. Há também um pronunciamento da Comissão Nacional de Saúde da China, supondo que o surto está associado à exposição de um único fruto do

mar no mercado em Wuhan na China sendo que o primeiro caso da COVID-19 registrado no mundo foi nesta cidade em dezembro de 2019.

Em seguida foram detectados casos de doenças respiratórias graves na Finlândia, Índia e Filipinas. Todos os casos tinham em comuns viagens realizadas para a cidade de Wuhan. Esse acontecimento gerou um alerta na OMS que criou um Comitê de Emergência para o novo coronavírus.

No dia 30 de janeiro de 2020, o Comitê de Emergência se reuniu com autoridades para implantar o Regulamento Sanitário Internacional. Este documento surge como aparato jurídico que define os direitos e deveres de uma nação frente à calamidade de saúde pública. Em 11 de março de 2020, a OMS passou a considerar o novo coronavírus uma pandemia mundial. (*World Health Organization, 2021*).

A contaminação do vírus se dá pelo contato físico com pessoas infectadas por meio da tosse, do espirro, catarro, gotícula de saliva ou em contato direto com ambientes, objetos e superfícies contaminadas. Após a transmissão, o vírus causa grave problemas respiratórios que podem levar às pessoas infectadas a morte. Os sintomas são: febre, cansaço, tosse, coriza, perda do paladar ou olfato, dificuldade de respirar, diarreia, pneumonia, dor de cabeça, dor de garganta, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés.

Os sintomas podem variar de indivíduo para indivíduo e é facilmente confundido com outras manifestações virais, como por exemplo, da gripe comum. Por esse motivo muitas pessoas que apresentam alguns desses sintomas estão sendo orientadas, a cumprir o isolamento social em casa, a fim de evitar aglomerações nas vias públicas e, principalmente, no sistema de saúde dos países.

As pessoas mais pré-dispostas a terem o seu estado clínico agravado são aquelas que possuem doenças preexistentes. No Brasil as recomendações do Ministério da Saúde para a prevenção da COVID 19 são: lavar as mãos com frequência com água e sabão ou utilizar o álcool 70 em gel; cobrir a boca e o nariz ao espirar; evitar tocar olhos, nariz e boca com a mão sem lavar; manter o distanciamento social de no mínimo 2 metros; evitar o contato físico; não compartilhar objetos pessoais; higienizar o celular e brinquedos de crianças; manter ambiente limpo e arejado; evitar contato com pessoas do grupo de risco; dormir bem; ter uma alimentação saudável e utilizar máscaras.

O primeiro caso registrado de coronavírus registrado no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020, no Estado de São Paulo que é considerada o epicentro da doença. Atualmente, segundo as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o número total da população brasileira é de 211,8 milhões de habitantes. A relação do número de pessoas infectadas pela COVID 19, em 23/08/2021, conforme a atualização do Painel Coronavírus é de 20.583.99 casos, com 574.848 mil óbitos e 19.479.947 milhões de pessoas recuperados.

Segue abaixo os dados dos estados brasileiros com os números de pessoas que foram contaminadas pela Covid 19. Esses dados se referem à mesma data referida anteriormente. Devemos considerar neste artigo, que estamos vivenciando a crise pandêmica do novo coronavírus no Brasil, por isso a estatística equivalente à contaminação e óbito vem aumentando diariamente.

Região	Número de contaminação	Número de óbito
Sul	3.989.742	89.514
Centro- Oeste	2.139.740	54.417
Norte	1.815.663	45.825
Nordeste	4.715.168	114.795
Sudeste	7.923.681	270.297
TOTAL	20.583.994	574.848

Fonte: DATASUS, 2021.

Segundo o jornal G1 São Paulo, a primeira pessoa a ser vacinada no Brasil foi a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, que atua na UTI do Instituto de Infectologia Emílio Ribas de São Paulo/SP. A imunização ocorreu no dia 17/01/2021 no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). O governo paulista aplicou a primeira dose da vacina Coronavac, desenvolvida pelo laboratório Sinovac, cuja sede está em Beijing, na China com parceria do Instituto Butantan, no Brasil.

Outras vacinas que estão sendo aplicadas na população são a vacina de Oxford, desenvolvida pela Astrazeneca e a Universidade de Oxford, sediada no Reino Unido. Essas instituições firmaram parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. A Comirnaty da Pfizer / Biontech foi a vacina que inicialmente recebeu registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), enquanto a Coronavac e Janssen (dose única), foram aprovadas depois para o uso na população.

Conforme a Base Nacional do Programa Nacional de Imunização (PNI) atualizado em 23/08/2021. Até o momento, 117.620.503 pessoas receberam a primeira dose de algum dos imunizantes utilizados no Brasil, sendo que 51.866.024 pessoas receberam a segunda dose ou a dose única. Destes números, 156.568.088 pessoas que são consideradas do grupo prioritário. Considerando que no dia 8 de dezembro de 2020 o Reino Unido foi o primeiro país do ocidente a aplicar a vacinação na população e no Brasil somente no dia 17 de janeiro de 2021. Essa tardia e lenta aplicação da vacina na população contribuiu para o agravamento nos números de óbitos.

A conquista da vacina e a aplicação na população apontam para um avanço desde que o vírus se alastrou pelo mundo. Algumas ações de austeridade foram tomadas de maneira preventiva pelos governadores estaduais. Dentre as quais estão medidas de isolamento social (*lockdown*), restrições nos comércios, logradouros públicos, barreiras sanitárias, entre outras ações que dialogam com as orientações do Ministério da Saúde citadas acima. Contudo, diante de um governo federal ultraneoliberal existe um movimento contraditório de privilegiar a economia em detrimento do isolamento e de medidas preventivas em relação à pandemia. Como diz Behring (2021, p. 50), “a contra face da postura genocida da extrema direita no Brasil tem sido o aumento explosivo de óbitos”, como visto no quadro apresentado anteriormente. Num país de extrema desigualdade social, como é o caso do Brasil, a população empobrecida é aquela mais vulnerável a morte pelo coronavírus.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POBREZA NO BRASIL

Entender a estruturação da base econômica do país é um processo fundamental para compreender a existência das particularidades da realidade atual do país.

É de conhecimento geral que a formação sócio-histórica brasileira produziu resquícios da supremacia portuguesa e o seu governo de regime colonizador e escravocrata como herança socioeconômica, política e cultural para o povo brasileiro.

No século XV o desenvolvimento do comércio continental europeu estava a todo vapor as grandes navegações marítimas são um ponto de partida

para construir relacionamentos com outros países e ampliar os negócios. Na mesma direção há uma tendência favorável para colonização dos territórios como se de fato houvesse um descobrimento em cada área ocupada pelos seus desbravadores, sem considerar a construção histórica dos povos originários.

Desde a dominação dos portugueses até a atualidade ainda podemos observar a herança conservadora nas relações sociopolíticas e analisar os seus reflexos até os dias atuais. Na economia os portugueses impuseram um modelo ligado à exploração de recursos naturais utilizando a força de trabalho escravagista de negros vindo da África.

Caio Prado Junior (p.117, 1961) no seu livro: *Formação do Brasil Contemporâneo* analisa que existem três elementos que constituem a formação agrária do Brasil colônia: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, constituindo assim um sistema de “grande exploração rural”. Nas unidades de produção, os latifúndios se constituíram como a base principal para toda a estruturação agrária do país, ou seja, são os latifúndios que detêm grande parte do poder econômico e social nas relações sociais de produção capitalista vigente desde o pré-capitalismo no país.

Com o passar dos anos a ligação entre o Brasil e Portugal se baseou na acumulação de bens sociais produzidos pela alta exploração dos escravos. Parte desses bens foi exportada para Portugal cujas mercadorias serviam para suprir as necessidades econômicas das elites daquele país.

Assim o processo de trabalho se dividiu em urbano e rural. O trabalho na agricultura foi o cenário predominante em que os escravos livres encontravam sua subsistência, contudo, os imigrantes ocuparam esses espaços de trabalho restando à população negra a informalidade por dentro do sistema. Esse processo contribuiu para o progressivo fortalecimento da desigualdade social nas relações étnico-raciais.

O trabalho agrícola é predominante, pois nos deparamos com uma economia fortemente ligada ao negócio agroexportador até os dias de hoje. O termo utilizado para denominar essa atividade (agronegócio) foi modificado com o propósito de passar uma visão moderna de inovação, mas que na verdade configura-se uma herança da era colonial.

A partir do período do Brasil Império, começa a se delinear a classe dominante do país. Salles (2012) vai chamar de a “classe senhorial”, referindo-

se a influência que os donos dos engenhos tinham para ditar a ordem social da época. Na contrapartida à classe dominante, existia o grupo de pessoas que eram excluídas da lógica vigente de dominação. Eles são as pessoas escravizadas, os indígenas e as mulheres e os homens brancos livres, porém empobrecidos.

Depois do descobrimento do Brasil a etnia do povo brasileiro é inicialmente composta por brancos, negros e índios, portanto o modelo escravocrata da época do Brasil Colonial colocava o domínio dos portugueses (homens brancos) sobre os africanos (povo negro) e os povos originários. Esse desequilíbrio de poder da sociedade patriarcal escravagista causou sérios danos para a população negra com severos reflexos de profunda desigualdade social que perduram até a atualidade.

O desenvolvimento capitalista brasileiro foi tardio com resquícios de valores conservadores muito fortes na economia política. As relações de trabalho acabaram se configurando uma adaptação que se pretendeu passar a ideia de modernizadora, porém se manteve conservadora quando estabeleceu o denominado “trabalho livre” no país. A população de trabalhadores na época era constituída por homens livres, imigrantes, mulheres e crianças. Contudo esses trabalhadores não possuíam uma visão crítica sobre a condição do trabalho, sendo que a concepção política era formada no individualismo e na manutenção das relações de dominação de classes, típicas do capitalismo desde sua origem.

Em nosso país o processo de colocação dos escravos libertos no mundo do trabalho encontrou extremas dificuldades devido a falta de medidas de proteção social, considerando que essa população ficou a “própria sorte” na construção da sua sobrevivência e, com isso, aumentou a pauperização da população. O poder político foi e continua sendo dominado por um oligopólio econômico e agrário que detém interesses próprios da classe dominante. No Brasil, a classe dominante é tão conservadora que somente a partir de meados do século XX é que se começa a pensar a questão social como um dever político advindo das lutas dos trabalhadores.

Chaves (2003), por sua vez, afirma que o crescimento econômico dado pelos investidores internacionais aconteceu por intermédio do capital agrícola, da força de trabalho, dos custos da matéria prima e do alto lucro que eram atrativos para os negócios.

Mello (1975, p. 30) não diferencia a economia colonial da economia primário-exportador, mas evidencia uma mudança gradual do modelo escravista, com novos atores e uma nova roupagem. De acordo com o autor, (...) “não é difícil compreender que o surgimento das economias exportadoras organizada com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina”. (MELLO, 1975, p. 31).

Essa “nova roupagem”, não trouxe para a classe trabalhadora a tão sonhada autonomia e liberdade que buscavam pela transição do trabalho escravagista para o trabalho assalariado. Mesmo que naquele período a população tenha considerado um grande avanço nesta esfera, o longo período de escravidão mascarava a realidade que estava por vir nas relações de trabalho. Pelo rumo que o Brasil caminhava e as condições da economia na América Latina, pontuamos que esse foi um período favorável para a consolidação do capitalismo monopolista no país.

Já a partir de 1930 a nova fase imperialista do capital é o modelo de produção vigente nas relações sociais de produção, mas isto não significou melhorias efetivas nas relações de trabalho para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

O processo de industrialização no Brasil teve como precursor o governo de Getúlio Vargas que vislumbrou uma era modernista para a esfera pública do país. Vargas vinculava a sua gestão ao modelo centralizador e intervencionista, que buscava superar o modelo da economia colonial de exportação. A industrialização estava acontecendo e as estratégias de seu governo visavam o avanço e o crescimento econômico nacional.

O próprio processo de industrialização no país se configurou como tardio e restringido. Segundo Cardoso de Mello (2009), a industrialização restringida ocorre entre os anos de 1933 e 1955, quando a acumulação capitalista no Brasil assume um novo padrão de acumulação. Neste sentido ele completa:

a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 2009, p.90).

Vale lembrar que a industrialização contribuiu para a consolidação do modo de produção capitalista monopolista. É no modo de produção capitalista que o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de salário para a sua subsistência. Já o capitalista é aquele que detém os meios de produção com a finalidade de obter o lucro.

Como afirma Marx (1996)

no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção — convertidos em capital pela relação social da propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia. O trabalho morto, acumulado no instrumento de produção, suga como um vampiro cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra. (MARX, 1996, p. 34)

Considerando o poder da propriedade privada que está nas “mãos de poucos”, o trabalhador necessita vender a sua força de trabalho em troca de um salário para a sua subsistência. A grande concentração dos lucros nas mãos dos capitalistas contribui para a desigualdade na distribuição de renda. Nesse contexto, a divisão social do trabalho provoca um conflito de interesses entre a classe capitalista e a classe dos trabalhadores.

Para Marx 1996 *apud* Tineu (2017) “o conceito de classe social, vai muito além da divisão do trabalho em si. Sua formação parte de elementos da estruturação social, política, filosófica, histórica, cultural e das ideologias vigente”. (Marx, 1996 *apud* Tineu, 2017, p. 91).

A classe burguesa detentora dos meios de produção explora o proletariado para obter os seus lucros através da mais-valia expressa pelo tempo de trabalho excedente e não remunerado. Na contrapartida a força de trabalho sobranse são aqueles trabalhadores que não conseguem se colocar no mercado de trabalho. Esse fenômeno capitalista contribui para a rotatividade de pessoas nos empregos, denominada por Marx, de superpopulação relativa ou exército de reserva. De acordo com ele,

se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção

capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (MARX, 2013, p. 707).

Esse antagonismo de classe desenvolvido pelo sistema capitalista consolida uma contradição social e conseqüentemente aprofunda a desigualdade social e a pobreza no Brasil. A força motriz do capitalismo está na exploração do trabalho, cujo resultado representa a pauperização dos sujeitos. Desta forma, entendemos o impacto estrutural da categoria trabalho para a realidade social das pessoas e como a diferença de renda entre os trabalhadores contribui fortemente para o aprofundamento progressivo da desigualdade social e da pobreza.

De tempos em tempos, quando aparecem as crises capitalistas, ocorrem as transformações nas relações de trabalho de forma a garantir a ampliação dos lucros capitalistas. Para tanto a ordem social capitalista divide as funções do trabalhador no processo de realização e da materialização do produto aprofundando a divisão social do trabalho a partir da alienação, da maior hierarquização das funções o que também contribui para a desigualdade social e o crescimento significativo da pobreza. Uma vez que os trabalhadores que não conseguem se integrar nos processos de reestruturação produtiva permanece no exército de reserva sem condições de subsistência.

3. A QUESTÃO SOCIAL E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Já de início é importante lembrar que as expressões da questão social no modo de produção capitalista são resultados da relação de exploração capital-trabalho, na qual o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria. A partir desta contradição se desdobram as demais relações sociais de produção capitalista.

Dentro deste contexto encontra-se o conjunto de valores, costumes e crenças que são as condutas culturais construídas e que constituem os sujeitos sociais. A ordem societária capitalista garante a manutenção permanente da propriedade privada dos meios de produção, alijando o trabalhador de sua autonomia produtiva. Além disso, como já mencionado, aprofunda a divisão social do trabalho o que incide nas desigualdades de classe e na diferenciação do trabalho urbano e rural.

Para melhor conceituar a questão social, apoiamo-nos em Iamamoto (2001) quando explica que

a questão social diz respeito ao conjunto das expressões da desigualdade social engrenadas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p.16)

Considerando a questão social como um produto da sociedade capitalista a luta da classe trabalhadora é uma resposta a esta realidade exploradora e desigual.

O surgimento das políticas sociais é uma consequência das múltiplas expressões da questão social e a luta dos trabalhadores por direitos. Essa luta sempre foi significativa para a ampliação dos direitos sociais, sendo que as políticas sociais estão ligadas à correlação de forças entre a classe dominante e a classe trabalhadora. Assim devido a essa correlação de forças e as crises do capital surge a necessidade de intervenção e regulação estatal junto aos direitos sociais e trabalhistas como forma a garantir os lucros capitalistas.

Como se pode observar a questão social está profundamente vinculado à desigualdade e a pobreza tendo como paliativo a mediação das políticas sociais implantadas pelo Estado, cujas ações são pautadas em visões político-ideológicas. Atualmente ocorre uma regressão de direitos sociais e trabalhistas em função da emergência do neoliberalismo no país a partir da década de 1990.

O neoliberalismo tem as suas origens nas teorias clássicas liberais defendidas por Adam Smith, na qual o desejo natural e moral das pessoas são valorizados pelo mercado. Adam Smith defende que a “elevações do preço de mercado são evidentemente o efeito de contingências especiais de incidências (...) perdurável por muitos anos” (SMITH, p.144, 1996).

Ele, em sua teoria, ainda defende que uma mão invisível comanda o mercado econômico por leis naturais e éticas. Nesta visão liberal, o papel do Estado está limitado à regulação legal das relações sociais capitalistas, favorecendo a atuação do livre mercado e de mínima intervenção estatal nas políticas públicas e sociais. O pensamento que permeia a vertente do liberalismo é a valorização do individualismo. A frase “cada um por si, Deus por

todos”, nos remete muito bem a esses valores apregoados, pois no liberalismo clássico cada indivíduo era responsável pelo seu bem-estar e não contavam com os aportes estruturais do denominado Estado de Direito.

A vertente neoliberal é uma ramificação do liberalismo clássico sendo uma vertente que permeia a economia política nos diferentes setores que envolvem a vida na sociedade capitalista, especificamente no campo da mundialização e financeirização do capital.

Conforme analisa Castelo (2013):

Na antiga fórmula do liberalismo, o papel do Estado era muito bem definido a partir de funções restritas, sem interferir indevidamente nas ações pessoais dos indivíduos e dos membros da sociedade civil. O neoliberalismo concebe que cabe ao Estado garantir os direitos básicos dos indivíduos, a liberdade de ação dos agentes econômicos e o fornecimento de bens públicos e serviços estatais necessários à manutenção da ordem tais como defesa, segurança, justiça e serviços sociais. Para além dessas funções, o Estado extrapolaria suas funções vitais, supostamente prejudicando a produção de riquezas e o bem-estar geral. Assim como o liberalismo clássico, a doutrina neoliberal defende a promoção da liberdade das forças impessoais e neutras do mercado na alocação e distribuição eficiente dos recursos produtivos entre os agentes sociais. É importante notar que eles não defendem a total ausência do Estado no controle da vida social, que deve ter uma ação seletiva e focalizada em esferas vitais para o pleno funcionamento da ordem capitalista, como a defesa dos múltiplos regimes de propriedade privada [...] (CASTELO 2013, p.220 *apud* MEIRELLES, 2016, p.68).

Assim o ideário neoliberal defende a liberdade do mercado, a mínima intervenção estatal nas relações sociais e políticas sociais. O neoliberalismo entende que as políticas sociais devem inclusive ser focalizadas somente nos extremamente pobres. As empresas estatais devem ser privatizadas e este procedimento é extensivo às políticas sociais e trabalhistas. A intervenção limitada do Estado nas políticas sociais está pautada na fundamentação central da pragmática neoliberal que trabalha com a narrativa de reduzir os gastos públicos.

Meirelles (2016, p.68), analisa a centralidade nuclear do neoliberalismo. Segundo ela,

O núcleo central do ideário se refere a uma disciplina orçamentária, que prevê a contenção de gastos com políticas sociais e ampliação do exército de reserva como estratégia para ampliação da mais-valia. Ou seja, admite-se explicitamente uma salvaguarda das taxas de lucro, com tendência à queda em função da crise estrutural do capitalismo

na década de 1970, à custa da redução de direitos da classe trabalhadora (MEIRELLES, 2016, p.68).

A centralidade nuclear nos governos neoliberais é a redução dos gastos públicos, independentemente do aumento na taxa de desemprego para que se garanta a reprodução ampliada do capital e a concentração de renda nas mãos dos grandes capitalistas com efeitos severos no índice de pobreza da população.

Neste processo ocorre então a legitimação do Estado neoliberal por meio de políticas sociais seletivas e fragmentadas. Behring e Boschetti (2011) afirmam que “a tríade do ideário neoliberal para as políticas sociais são a privatização, a focalização e a descentralização, tornando-se limitada para atender as demandas da questão social” (2011, p.156).

Quando falamos sobre o neoliberalismo e a sua funcionalidade é importante atentar para o conservadorismo histórico do Estado brasileiro. Para as autoras Behring e Boschetti (2011),

a base econômica brasileira está inserida na condição dos países em subdesenvolvimento comparado aos países de capitalismo desenvolvido. O viés político conservador, perpetuado durante o período colonial, mostrou para o país uma grande necessidade de mudança para o enquadramento ao sistema capitalista, mas o ranço cultural brasileiro ainda prevalecia devido a este período vivenciado, pois na época os detentores do poder defendiam valores referentes a aristocracia, o colonialismo, o imperialismo e o paternalismo nas relações sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011,p.71)

Desse modo é possível perceber que os novos ares da política social no Brasil previstas no período desenvolvimentista (ou Estado de Bem-estar social) não representaram caminhos para solucionar os problemas sociais. Tendo em vista que a pragmática neoliberal vem se tornando hegemônica e criando ofensivas aos direitos sociais e trabalhistas. Por outro lado, as políticas sociais não deixam de ser uma mediação garantidora da subsistência de amplas frações de trabalhadores, ou seja, não se pode desconsiderar que as políticas sociais são um avanço em relação aos direitos de cidadania para a sociedade.

Para Behring e Boschetti (2011),

no ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de

demanda e consumo, em épocas de crise (BEHRING; BOSCHETTI; 2011, p. 37).

Com relação ao neoliberalismo, José Paulo Neto (2012), afirma que a crise da sociedade contemporânea ocorre pela intenção de desmonte do Estado de bem-estar sustentada pela crise do “capitalismo democrático” e a crise do “socialismo real”.

A crise do *Estado de bem-estar* resulta em mudanças nas funções do Estado que passam a vislumbrar somente o crescimento econômico e a reprodução ampliada do capital, sendo que no Estado de bem-estar, o papel do Estado foi de mediador das políticas públicas sociais. Portanto o neoliberalismo considera existir um inchaço das funções do Estado o que não é funcional para as relações econômicas.

O Brasil procurou incorporar o Estado de Bem-Estar Social com o viés político de Estado intervencionista deixado pelo governo de Getúlio Vargas, com avanços e retrocessos históricos, porém as diversas crises do capital e a efervescente onda neoliberal chegam ao Brasil por volta de 1990, com um viés extremamente conservador e antidemocrático, por intermédio do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) aprofundando a desigualdade social e a pauperização da população.

Naquele período Inaugurou-se o processo das privatizações estatais e ataques severos aos direitos dos trabalhadores. Meirelles (2016) destaca que houve “o aumento do desemprego, políticas sociais com pouca resolutividade, redução nas taxas de sindicalização, ampliação da desigualdade social e da pauperização”. (MEIRELLES, 2016, p.83).

Após o impedimento de Collor, Itamar Franco (1992-1993), assumiu a Presidência. Contudo foi o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC-1994-2002), foi quem construiu um projeto econômico alinhado com o pensamento neoliberal. FHC firmou alianças com partidos e setores conservadores e estabeleceu a precarização na contratação do trabalho formal, reformas da previdência e administrativa, continuação nos processos das privatizações, a taxa de juros elevada para a abertura de capital estrangeiro. O Plano Real possibilitou baixar a inflação e estabilizar a economia já no início de seu governo. Entretanto foi no final da década de 1990 que ocorreram crises capitalistas onde enfraqueceram o Plano Real.

Posteriormente nos governos do PT (Lula e Dilma – 2003-2016) houve uma retomada da estabilidade econômica, diminuição na taxa de desemprego, avanço nos investimentos das políticas e direitos sociais. O Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, é considerado referência até os dias atuais, enquanto programa de transferência de renda.

Porém, muitos estudiosos consideram o governo do PT uma forma de neoliberalismo brando principalmente no segundo mandato de Lula, pois suas estratégias sociopolíticas mantiveram as estruturas de um Estado neoliberal, muito embora as políticas de seu governo tenham valorizado a questão social do país.

Após o golpe do governo Dilma em 2016, o governo Michel Temer passa a atacar explicitamente os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores brasileiros. Em seu governo foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) 95/16 que congela os gastos públicos pelos próximos vinte anos; a Reforma Trabalhista, que desregulamenta direitos trabalhistas conquistados historicamente por meio das lutas sociais dos trabalhadores e outras ofensivas regressivas.

Em 2019, o ultra-neoliberal e ultradireitista Jair Messias Bolsonaro, assume a Presidência e uma de suas primeiras ações foi encaminhar a Reforma da Previdência Social de 2019 que subtraiu inúmeros direitos de proteção social.

A luta de classes e suas contradições são pertinentes ao modo de produção capitalista. Cada período histórico tem suas frentes de governos que vão afetar diretamente a vida cotidiana dos trabalhadores com índices variados de empobrecimento da população. Os governos neoliberais são tendentes a cortes de políticas sociais e ao enxugamento do Estado com reflexos duros à população em vulnerabilidade social.

Neste item analisamos as bases socioeconômicas e os reflexos da vertente neoliberal para as políticas sociais no Brasil. A pobreza como expressão da questão social na sociedade capitalista observando muito as peculiares do nosso país.

4. A POBREZA, O GOVERNO BOLSONARO E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

A pobreza no âmbito brasileiro tem as suas peculiaridades “como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano”. (SILVA, p.157, 2010).

Considerando o contexto histórico podemos afirmar que existe uma conexão entre a pobreza, desigualdade social e questão social.

pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato inconteste dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas. (NETTO, 2007, p. 142).

A pobreza e a desigualdade social não são fenômenos naturais suas raízes estão na construção social, econômica e geopolítica da sociedade capitalista. São as determinações econômicas e políticas de um país que vão influenciar diretamente os índices da desigualdade e pobreza. No âmbito da Crítica à Economia Política essas expressões da questão social advêm da exploração da força de trabalho e da propriedade privada considerando a propriedade privada uma das bases fundamentais para a ampliação e concentração de capital e a força de trabalho a fonte da exploração da mais valia.

Considerando a identidade histórico-política do país a pandemia da COVID-19 vem aprofundando a desigualdade social e a pobreza. A crise do Governo Bolsonaro no que se refere ao aumento da pobreza remete a forma de governabilidade do presidente e o seu negacionismo exacerbado em relação à ciência. Existem posturas destruidoras do atual presidente em relação à educação, meio-ambiente, arte, saúde e outras matérias que envolvem o conhecimento científico. Com relação à pandemia ele proferiu as seguintes palavras:

Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão.

O brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto [...] e não acontece nada com ele. Eu acho até que muita gente já foi infectada no Brasil, há poucas semanas ou meses, e ele já tem anticorpos que ajudam a não proliferar isso daí. (TERRA, 2020).

No começo de 2020, Bolsonaro, tornou-se famoso pela sua frase irônica em rede nacional no qual desdenhava das complicações de saúde causadas pela COVID 19 comparando o vírus com uma simples “gripezinha”. Ele é defensor da imunidade coletiva que consiste em um grupo de pessoas imunizadas, ou seja, que estejam na linha de frente para serem contaminadas, acreditando que com isto, o vírus irá enfraquecer por si só. Os defensores dessa experiência acreditam que seria possível impedir a transmissão em massa por meio da exposição vertical. Em tese, segundo a epidemiologia, uma pessoa recém-infectada geraria em média menos de um caso secundário. Bolsonaro defende em seus discursos a imunização em massa. Além de suas falas anti vacina e a defesa do uso da Cloroquina\Hidroxicloroquina para tratamento da COVID 19. (CONNECTAS, p.8, 2021)

Sobre o assunto a comunidade científica salienta a necessidade de um embasamento mais robusto sobre a eficácia do medicamento. Esses tipos de discurso de Bolsonaro contribuíram para o acirramento da polarização política no país em meio à crise do coronavírus.

De acordo com o Boletim 3, “Direitos na Pandemia”, trabalho que visa mapear e analisar as normas jurídicas de respostas as demandas apresentadas pela COVID 19 no país. Este documento foi elaborado pelo CEPEDISA (Centro de Pesquisa e Estudos sobre Direitos Sanitário) da Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo) em parceria com a Conectas Direitos Humanos.

O Brasil tem sido um dos mais representativos casos de desobediência e afronta à ciência e à Organização das Nações Unidas (ONU). E o comportamento pessoal do Sr. Jair Messias Bolsonaro, o máximo Mandatário do país, contraria recomendações da OMS e minimiza os efeitos da pandemia, provocando consequências diretas e incalculáveis à propagação ou à incidência de contaminação da doença. Não são poucas as autoridades públicas que comparam os efeitos no Brasil ao de um “genocídio”, provocados especialmente pela conduta pessoal do Chefe de Estado em minimizar a gravidade da doença e estimular o descaso com a proteção. Os atos reiterados do Presidente da República, descritos em detalhes tanto no petítório como no documento de atualização, demonstram a afronta pessoal à legislação geral e específica

[..] Violam o Decreto do Distrito Federal quanto ao uso de máscara e comportamento em tempos de Covid-19, incidem na violação do artigo 268 do Código Penal quanto às medidas preventivas de saúde. Vale destacar a afronta do Presidente à Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro, aprovada com urgência no Congresso Nacional para tratar especificamente do impacto do Covid-19 na vida dos cidadãos, fazendo prever, no art. 3º, a determinação de medidas como isolamento, quarentena e exames médicos obrigatórios. (BOLETIM 3, p. 11-12, 2020)

Devido às recorrentes denúncias do comportamento do presidente durante o contexto da pandemia, ocorreu que no dia 8 de abril de 2021, o ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID 19 para apurar se houve negligência por parte do governo federal no enfrentamento da pandemia. Essa CPI está em andamento até o presente momento.

No que se refere ao âmbito econômico Bolsonaro foi resistente a consolidação do auxílio emergencial. Para ele o benefício é uma forma de tirar a liberdade de ir e vir das pessoas favorecendo o isolamento social, ele acredita que o benefício é uma forma de facilitar as pessoas a ficar em casa. Bolsonaro é contrário ao isolamento social. Contudo no que tange as medidas atribuídas para a minimização do impacto da Covid 19, foi aprovada em 20 de março de 2020 a lei nº 14.017 que dispõe sobre ações emergenciais durante o estado de calamidade pública. Este documento institui a criação do auxílio emergencial com a verba destinada ao setor da cultura e o repasse foi realizado pela União para os Estados, Distrito Federal e Municípios com parcela única de três bilhões de reais. Estas ações emergenciais dividem-se em renda emergencial mensal, subsídios mensais para espaços artísticos culturais, microempresas, cooperativas e instituições que foram prejudicadas pelo isolamento social.

Em 2020, a renda destinada as famílias foi no valor de três parcelas de R\$ 600 e R\$ 1.200 para chefe de família monoparental. Entre alguns dos critérios de avaliação para a concessão do benefício estava a não empregabilidade formal, a pessoa não poderia ser titular de nenhum benefício previdenciário ou assistencial, ressalvo os inscrito no programa bolsa família (os usuários inscritos no programa automaticamente receberam o auxílio), renda familiar de até três salários mínimos, entre outros. Algumas famílias

beneficiárias foram contempladas com até duas pessoas do mesmo núcleo familiar a receber o auxílio. (LIVE UFES, Vitória/ES, 2021)

O beneficiário teve que fazer um cadastro no aplicativo da Caixa Econômica Federal e em seguida o usuário do sistema passou por uma análise socioeconômica para a concessão do auxílio. Muitas das famílias cadastradas tiveram seus cadastros em processo contínuo de análise, mas não obtiveram respostas ou acesso ao benefício. Esse procedimento para a concessão do benefício foi um trabalho realizado pelo governo federal em parceria com a DATAPREV e a Caixa Econômica. Ainda que inicialmente houvesse uma pressão dos partidos políticos de posição ao governo para o aumento do valor do auxílio emergencial no mesmo ano de 2020. O auxílio emergencial foi estendido por mais três meses, porém com o valor reduzido em R\$ 300 para o grupo familiar e R\$ 600 para chefe de família monoparental.

Em 2021 no contexto pandêmico em que ainda vivenciamos o auxílio se estendeu para mais três meses, sendo que somente no dia 12 de maio de 2021 foi promulgada a lei nº 14.150 (Lei Aldir Blanc) que altera a lei anterior para a prorrogação do auxílio emergencial. A retomada da segunda temporada deu-se no mês de abril.

Essa demora trouxe algumas mudanças no benefício, como por exemplo, a redução das parcelas de 600 reais para 250 a 375 reais por famílias sem a extensão para dois membros no mesmo núcleo familiar, 375 reais para chefe de família monoparental e 150 para pessoas que moram sozinhas.

A redução na abrangência de números das famílias no valor monetário e a demora da retomada do auxílio emergencial contribuiu muito, dentro do cenário pandêmico, para o aprofundamento do empobrecimento da população em vulnerabilidade social. Ainda que por um período de tempo as pressões políticas que reivindicaram para que se mantivesse o valor monetário do benefício, mas tal reivindicação não foi aceita pelo governo. Ou seja, no segundo ciclo do auxílio a redução dos valores monetários foi significativo, realidade que tem contribuído muito para o aumento da extrema pobreza e da fome no país.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE-2021), afirma que o preço da cesta básica nas capitais do país estava acima de 500 reais já na primeira fase do benefício. Com a redução do auxílio emergencial e o aumento do preço da cesta básica nas principais capitais

brasileiras, em 2021, esse valor subiu para a média de 630,00 reais. Esse auxílio não garante a segurança alimentar para as famílias beneficiárias sendo considerado um auxílio de fome. (DIEESE, 2021, p. 4)

Abaixo apresentamos a tabela com índices anteriores e a projeção das mudanças sobre o impacto do auxílio emergencial no quadro da desigualdade social e pobreza no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.

	taxa		Milhões de indivíduos	
	Extrema Pobreza	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza
Observado Pré-Pandemia	6,6%	24,8%	13,9	51,9
Observado Julho de 2020	2,4%	20,3%	5,0	43,0
Observado Outubro de 2020	5,1%	24,6%	10,9	52,1
Simulação sem Auxílio Emergencial	10,7%	31,4%	22,6	66,4
Simulação com Auxílio Emergencial de 2021	9,1%	28,9%	19,3	61,1

Fonte: Made Centro de Pesquisa em Macro economia das desigualdades, 2021.

As projeções acima não estão longe da realidade atual. Em 2019, o IBGE, indicava que 51,9 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza e 13,9 milhões de pessoas na extrema pobreza que são aquelas famílias que sobrevivem com menos de R\$ 162,00/mês ou U\$ 1,9/ por dia.

Em termos de porcentagem 13,9 milhões de pessoas na pobreza extrema equivale a 6,5%. Em 2021, até o mês de abril, houve um aumento para 12,8% da população em extrema pobreza, cerca de 27 milhões de pessoas. Com relação à pobreza, de 51,9 milhões de pessoas, em 2019, ocorreu um salto para 61,1 milhões de pessoas atualmente nessa condição. (IBGE, 2019, CNN 2021).

Contudo as críticas direcionadas ao governo Bolsonaro vão muito além do aumento da pobreza, cortes com o auxílio emergencial e a necessidade de outros investimentos em políticas sociais. O cenário mundial aponta para a carência de maior intervenção por parte do Estado em inúmeras políticas públicas.

Para Boschetti (2021) o governo Bolsonaro é marcado pelo seu posicionamento ultraneoliberal com expressões de neofascismo e o seu acirrado negacionismo nas políticas públicas sociais. Para ela, o aumento do

desemprego durante a pandemia e a precarização do trabalho agudiza e potencializa a crise do capital. Sobre o auxílio emergencial, ela enfatiza a função das políticas públicas sociais que são para evitar as tensões de classes desempenhando um papel funcional ao Estado capitalista. Mesmo em um Estado neoliberal que é menos permeável aos direitos sociais.

Por fim, o quadro do empobrecimento da população brasileira, a crise do capitalismo, do governo Bolsonaro e a pandemia do novo coronavírus é um conjunto que compõe a conjuntura atual política e social vivenciada pela população brasileira, as intervenções temporárias do auxílio emergencial são uma forma de abrandar o sistema econômico com um viés de benfeitoria para a população vulnerável, porém a visão neoliberal atrelada ao governo vigente reproduz retrocessos nas políticas sociais e o agravamento do sofrimento da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do contexto histórico político brasileiro de fato possui as suas particularidades considerando que desde o início da descoberta do país tivemos uma polarização de interesses de classes na qual não correspondiam com as necessidades da população brasileira originária. O Brasil na sua construção histórica é marcado pela exploração e violência, sejam elas, materiais ou humanas.

A usurpação e a dominação da população local não refletem somente na constituição social do país, mas na estrutura hegemônica e nas relações de poder até os dias atuais. Entendendo também que para além das relações política e comercial entre os países, essa realidade reflete na subjetividade humana que compõe a construção das relações sociais. Não é desproposital que a população brasileira tem um histórico de povo “pacato”, sendo que anteriormente essa ideia foi construída pelo grupo dominante quando na verdade há muito mais sangue e luta na história.

No Brasil a construção da desigualdade social vem lá dos primórdios quando os primeiros homens pisaram na nossa terra afim de “descobrir- lá”. O modelo da sociedade capitalista e a sua constituição tardia nos moldes políticos e econômicos impactam diretamente na relação de trabalho, na renda e no recorde de raça. Realidade que confronta com o privilégio dos brancos.

Esses são uns dos fatores sociais que aprofundam a crise do capital e contribuem para o acirramento da desigualdade social, da pobreza e da extrema pobreza da população brasileira.

A linha temporal das políticas sociais brasileira no que tange a vertente neoliberal desconstruiu o Estado de Bem estar, ainda que, devemos considerar as conquistas sociais dos partidos de esquerda no país. Essa luta é necessária e vital para a construção da democracia. Em 2020, o contexto da pandemia da COVID 19 surge como verdadeiro desafio nas relações humanas e na construção da sociedade. O vírus surge para que possamos repensar os nossos conceitos ideológicos, políticos e sociais. Essa é uma profunda análise quanto à crise pandêmica, o contexto político do governo de Jair Bolsonaro e o seu viés ultraneoliberal que vem contribuindo para o aumento da desigualdade social. Podemos superar a pobreza e a desigualdade com um governo ultraneoliberal? A resposta é uma negativa. É contraditório afirmar que avançamos como humanidade quando na verdade a desigualdade social cresce significativamente.

Na via contraditória do sistema capitalista, as políticas sociais surgem para amenizar as tensões entre as classes e abrandar a crise do capital esse também é o objetivo do auxílio emergencial neste cenário caótico. Embora o benefício seja uma resposta à crise pandêmica do Governo Bolsonaro, devemos considerar a correlação de força e o viés político e ideológico deste governo específico onde a população é prejudicada pela forma da sua governabilidade.

A produção deste artigo foi possível devido a vários questionamentos do atual cenário político e o seu agravamento com a crise pandêmica. Um governo com viés ultraneoliberal e uma crise sanitária são fatores sociais atípicos, considerando a construção histórica brasileira e o atual contexto vivenciado pela população.

No campo do trabalho do assistente social essa pesquisa contribuiu para a compreensão entre a teoria e a prática junto à atuação profissional nos benefícios eventuais correlacionando o viés neoliberal nas políticas públicas sociais. A política de contenção e cortes dos gastos públicos no benefício da cesta básica mais a concretude do auxílio emergencial e o crescimento da fome são expressões contundentes da questão social aprofundadas no governo ultra neoliberal de Bolsonaro. Contudo, este estudo confirmou que o

enfrentamento da pobreza no Brasil demanda uma política econômica voltada para os interesses da população em vulnerabilidade e a organização da classe trabalhadora por ampliação de direitos sociais.

6. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. Biblioteca Básica do Serviço Social. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI Ivanete. A Pandemia da COVID 19 e o auxílio emergencial. Live UFES, Vitória/ES:22deabril,2021Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Uk6cknS39U&t=3374s>. Acessado em: 20/06/2021.

BRASIL. Lei 14.017 de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2020/lei/L14017.htm#view Acessado em: 23/05/2021.

BRASIL. Portaria nº 356 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>> Acessado em: 20/06/2021.

BRASIL. COVID Aplicadas doses aplicadas. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html acessado em: 24/08/2021.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 11ª. ed. Campinas/SP: Editora Unesp/ Facamp, 2009.

CONNECTAS. Direitos na pandemia: Mapeamento e análise das normas jurídicas de respostas à COVID 19 no Brasil. São Paulo. nº 3. Disponível em: <<https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-3/>> Acessado em: 20/06/2021.

CONNECTAS. Direitos na pandemia: Mapeamento e análise das normas jurídicas de respostas à COVID 19 no Brasil. São Paulo. nº 6. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-6/> Acessado em: 20/06/2021.

DIEESE. Emergência cresce, Mas auxílio encolhe. Rua Aurora, 957- 1º andar. CEP 05001-900, São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/sinteseEspecialAuxilioEmergencial.html> Acessado em: 08/07/2021.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. In *Temporalis*. Ano 2, n.3 jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin; p.9 a 32

IBGE. Desigualdade Sociais por cor ou Raça no Brasil. Estudos e pesquisas\ informações demográficas e socioeconômica. Nº 41.2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acessado em: 12\03\2021.

JUNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia. Editora Brasiliense.6ªedição.1885.Disponívelem:<https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/formac3a7c3a3o-do-brasil_contempor3a2neo-caio-prado-junior.pdf>Acessado em: 12\03\2021.

G1 São Paulo. “Não Tenham medo”, diz Mônica Calazans, 1º pessoa a ser vacinada no Brasil. 17 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/nao-tenham-medo-diz-monica-calazans-1a-pessoa-a-ser-vacinada-no-brasil.ghtml> Acessado em: 25/09/2021.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acessado em: 12\03\2021.

Mapa da vacinação contra a COVID 19 no Brasil. G1 Globo. São Paulo, 7 de abril de 2021. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>> Acessado em: 11/04/2021.

MEIRELLES, Giselle Ávilla leal. A “questão social” no Brasil frente á ofensiva do golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016. 2019.

MELLO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio. Campinas. 1964. Disponível em:<http://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/teses/O%20capitalism o%20tardio.pdf>. Acessado em: 12\03\2021.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NETTO, Jose Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nº 19.2007. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>. Acessado em: 19\03\2021.

RODRIGUES, Rodrigo. “Não tenham medo”, Diz Mônica Calazans,1º pessoa a ser vacinada no Brasil. G1 Globo. São Paulo,17 de Janeiro de 2021. Disponível em:<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/nao-tenham-medo-diz-monica-calazans-1a-pessoa-a-ser-vacinada-no-brasil.ghtml>> Acessado em: 11/04/2021.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão Nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/alm/n4/2236-4633-alm-04-00005.pdf>>Acessado em: 12\03\2021.

SILVA, Maria Ozanira. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf> acessado em:19\03\2021.

SMITH, Adam. Os Economistas: A riqueza das Nações- Investigação sobre a natureza e a sua causa. Editora nova Cultura LTDA. São Paulo, 1996.

TERRA.Relembre as frases mais polêmicas de Bolsonaro sobre a pandemia. 28 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d222c42a1a30f2cde281a03976f712il3firg8.html>>
Acessado em : 20/06/2021.

World Health Organization.**Novel Coronavirus (2019- NCOV) Situation Report 10.**Disponível em:https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200130-sitrep-10-ncov.pdf?sfvrsn=d0b2e480_2. Acessadoem: 02/05/2021.

World Health Organization.**Novel Coronavirus (2019- NCOV) Situation Report 22.**Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200211-sitrep-22-ncov.pdf?sfvrsn=fb6d49b1_2.Acessado em: 02/05/2021.